
PROGRAMA MORADIA PRIMEIRO

A EXPERIÊNCIA DO MUNICÍPIO DE FRANCA/SP

Você só pode conhecer outra pessoa de verdade se você se aproximar dela através de um diálogo aberto, se você a tratar como algo inacabado, se você tratar essa pessoa como alguém capaz de te provocar surpresas. Henrik Karlsson, ensaísta sueco, [Escaping Flatland](#), traduzido por [Davi Boaventura](#).

Eduardo Sens dos Santos
Coordenador CDH | CSP

Danielle Silvestrin
Assessora Administrativa
CDH | CSP

6 de agosto de 2026

1. Contextualização

A população em situação de rua constitui um dos principais desafios sociais enfrentados pelos municípios brasileiros, demandando políticas públicas que garantam proteção social e acesso a direitos fundamentais. Dentre as diversas iniciativas conhecidas, o [Programa Moradia Primeiro](#) tem mostrado resultados impressionantes, ao compreender a moradia como condição inicial e essencial para a superação das vulnerabilidades e oferecer acesso à habitação aliado ao acompanhamento multidisciplinar e à articulação com outras políticas públicas.

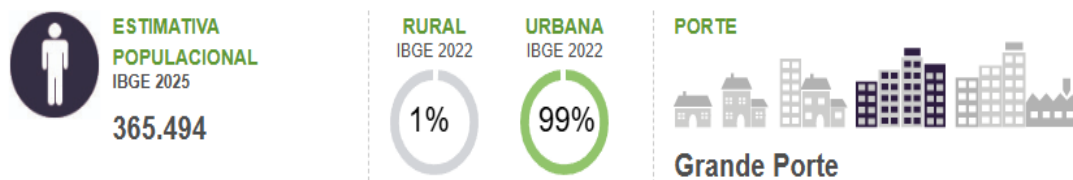
Reconhecendo a moradia como fator primordial para a superação da situação de rua, o Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos e Terceiro Setor do Ministério Público de Santa Catarina (CDH) tem estudado experiências implementadas no Brasil e no exterior. A partir dessas pesquisas, bem como do diálogo com a rede socioassistencial e com a [Pastoral do Povo da Rua da Arquidiocese de Florianópolis](#), identificou-se como modelo de sucesso o Programa Moradia Primeiro do Município de Franca, no Estado de São Paulo.

Implantado em 2021, o programa tem se destacado pelos resultados obtidos na promoção do acesso à moradia e na construção de trajetórias de autonomia para pessoas em situação de rua. A iniciativa também vem recebendo [reconhecimento de gestores públicos](#), [pesquisadores](#), e [órgãos governamentais](#) como uma das experiências mais relevantes do país.

2. A experiência de Franca com o Moradia Primeiro

O Município de Franca está localizado na região nordeste do Estado de São Paulo, próximo à divisa com Minas Gerais, em posição estratégica no eixo de ligação entre importantes centros econômicos do interior paulista e do Triângulo Mineiro. O município tem aproximadamente [365 mil habitantes](#), população eminentemente urbana e figura entre as principais cidades de grande porte do país.

INFORMAÇÕES DEMOGRÁFICAS



IBGE, Censo Demográfico - 2022

[Seu Produto Interno Bruto \(PIB\)](#) ultrapassa R\$ 14 bilhões (R\$ 40.777,87 per capita), equivalente ao de cidades como Chapecó, São José e Criciúma, sendo reconhecido nacionalmente pela força de seu setor industrial, especialmente pela produção de calçados masculinos, além das atividades ligadas ao comércio, agronegócio, prestação de serviços e logística regional.

Historicamente conhecida como a “Capital Nacional do Calçado Masculino”, Franca consolidou parque industrial diversificado e apresenta indicadores econômicos superiores à média de muitos municípios brasileiros de porte semelhante. Apesar desse dinamismo econômico, o município passou a enfrentar, nos últimos anos, crescimento expressivo da população em situação de rua.

Os dados do [Cadastro Único](#) demonstram evolução significativa do número de famílias em situação de rua registradas no município:

- 566 famílias em 2021;
- 621 famílias em 2022;
- 763 famílias em 2023;
- 841 famílias em 2024;
- 894 famílias em 2025.

O [diagnóstico elaborado pela Pastoral do Menor](#), da Diocese de Franca, apontou cenário ainda mais preocupante. Em 2023, estimava-se que cerca de 60% das pessoas em situação de rua permaneciam nessa condição havia mais de três anos e 26,7% há mais de dez anos, caracterizando importante parcela de população em situação crônica de rua.

Constatou-se ainda, que aproximadamente 70% dos entrevistados declaravam uso de álcool ou outras substâncias psicoativas, circunstância que aumenta a complexidade das intervenções e evidencia a necessidade de ações articuladas entre assistência social, saúde, habitação e garantia de direitos.

Esse contexto é particularmente relevante porque demonstra que o problema da situação de rua em Franca não está associado apenas à ausência de renda ou de abrigo temporário. Os dados indicam realidade marcada por múltiplas vulnerabilidades sociais e por longos períodos de permanência nas ruas, cenário em que as estratégias tradicionais centradas apenas em acolhimento institucional mostram-se frequentemente insuficientes para promover a reinserção social definitiva.

Foi diante dessa realidade que o Município de Franca estruturou rede integrada de atendimento à população em situação de rua, organizada a partir dos serviços da Proteção Social Especial do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e composta por ações de abordagem social, acolhimento institucional, atendimento diurno, acesso à documentação civil, articulação com serviços de saúde e programas voltados à superação definitiva da situação de rua. Justamente, entre tais iniciativas destaca-se o Programa Moradia Primeiro.



3. Parceria entre o Município e a Pastoral do Menor

Em 2025, o Programa Moradia Primeiro passou a integrar política pública mais ampla, organizada por meio do [Termo de Colaboração 26/2025](#), celebrado entre o Município de Franca e a Pastoral do Menor da Diocese de Franca ([PAMEN](#)), organização da sociedade civil responsável pela execução dos serviços especializados voltados à PSR.

A parceria tem por finalidade a execução de serviços, programas e projetos da Proteção Social Especial para Pessoas em Situação de Rua, constituindo rede articulada de acolhimento, proteção social, garantia de direitos e promoção da autonomia.

O [Termo de Colaboração 26/2025](#) destinou à execução dessa rede de atendimento o valor de R\$ 2.737.002,00, sendo que R\$ 2.689.002,00 foram aportados pelo Município e R\$ 48.000,00 pela União. O Estado de São Paulo não investiu na iniciativa.

No âmbito específico do Moradia Primeiro, o [Plano de Trabalho](#) de 2025 registrou custo mensal de R\$ 282.277,50 para atender 200 beneficiários (fls. 39-42).

Esses recursos financiam: equipe técnica; encargos trabalhistas; visitas domiciliares; acompanhamento social e psicológico; oficinas e atividades coletivas; apoio à permanência na moradia; e despesas administrativas.

Os serviços executados pela Pastoral do Menor também funcionam no modelo de rede e compreendem cinco eixos de atuação:

Abrigo Institucional: serviço de acolhimento integral destinado a adultos, migrantes e famílias em situação de rua ou desabrigo, oferecendo proteção, alimentação, higiene, acompanhamento técnico, apoio psicossocial e reinserção social para reconstrução dos projetos de vida.



Casa de Passagem e Acolhimento Noturno: destinado principalmente a pessoas em trânsito ou que necessitam de proteção temporária para pernoite, garantindo alimentação, banho, guarda de pertences e atendimento social.

Programa Ponto de Apoio da Rua (PAR): equipamento de atendimento diurno voltado à oferta de alimentação, higiene, lavagem de roupas, guarda de pertences, orientação social e encaminhamentos para os demais serviços da rede.



ABORDAGEM SOCIAL



Serviço Especializado de Abordagem Social: responsável pela busca ativa, identificação e acompanhamento de pessoas em situação de rua e outras situações de vulnerabilidade presentes nos espaços públicos, atuando como importante porta de entrada para os demais serviços. Entre junho de 2022 e abril de 2025 foram registradas 4.945 pessoas atendidas por esse serviço.

Projeto de Enfrentamento à Pobreza - Moradia Primeiro de Franca: principal estratégia municipal voltada à saída definitiva das ruas e à garantia do direito à moradia, articulando habitação, acompanhamento técnico e inclusão social.



4. O Programa Moradia Primeiro de Franca

Ao contrário dos modelos tradicionais, que condicionam o acesso à moradia ao cumprimento prévio de etapas em abrigos ou à superação de problemas relacionados à saúde mental ou ao uso de substâncias psicoativas, o Moradia Primeiro de Franca parte da premissa inversa. Ou



seja, a pessoa recebe inicialmente acesso à moradia, passando posteriormente a receber apoio técnico especializado para reorganização de sua vida social, familiar e econômica. O próprio Plano de Trabalho registra que o programa foi criado com o objetivo de: **“romper com o ciclo da situação de rua e com o modelo etapista, realizando processo de saída das ruas”**.

4.1 Funcionamento

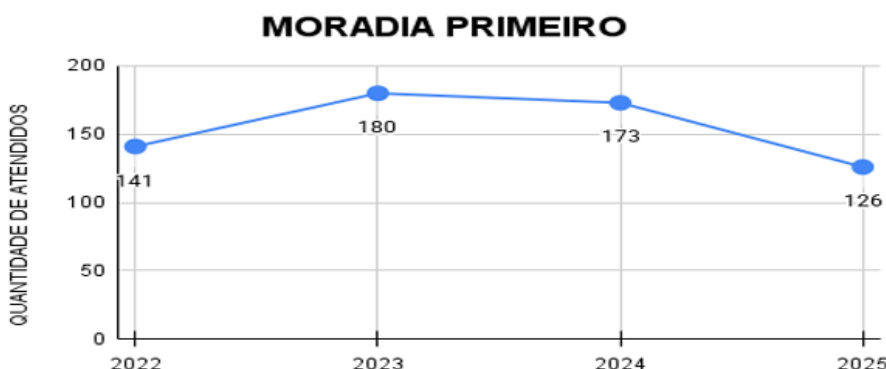
Após a seleção do beneficiário, que atualmente ocorre por sorteio (ponderadas as prioridades), a equipe técnica passa a acompanhar as etapas da inserção habitacional e do processo de autonomia.

As ações desenvolvidas incluem: abordagem social, atendimento psicológico; visitas domiciliares; elaboração de [planos individuais de acompanhamento](#) (clique no link para ver exemplo do PIA de Franca); encaminhamento para serviços de saúde; acesso à documentação civil; inclusão em benefícios sociais; encaminhamento para qualificação profissional e trabalho; oficinas de convivência, autonomia e permanência na moradia.

Além do acesso ao imóvel, o programa utiliza metodologia de acompanhamento contínuo, compreendendo que a permanência na moradia exige suporte técnico e articulação permanente com a rede pública.

4.2 Evolução do Programa

O Programa Moradia Primeiro de Franca teve início em 2021, em caráter piloto, atendendo aproximadamente 40 pessoas. Nos anos subsequentes, a capacidade de atendimento foi ampliada de forma progressiva, atingindo 180 pessoas em 2023. Embora os dados de 2026 ainda não estejam consolidados, as informações preliminares fornecidas pela Pastoral apontam que o programa já alcançou seu maior patamar de atendimento, com aproximadamente 200 beneficiários registrados até o momento.



4.3 Público-Alvo e Critérios de Ingresso

O programa é voltado prioritariamente para pessoas em situação crônica de rua acompanhadas pela rede socioassistencial do Município.

Critérios gerais: ter idade igual ou superior a 18 anos; estar em situação de rua há três anos ou mais, condição comprovada por meio de registros nos sistemas informatizados do SUAS, do Cadastro Único ou outros instrumentos de

comprovação pertinentes; possuir vínculo com o território do município de Franca; e estar em acompanhamento pelos serviços da rede socioassistencial.

Prioridade: idosos; pessoas com deficiência; pessoas com transtornos mentais; pessoas com graves problemas de saúde; mulheres em situação de violência; população LGBTQIAPN+; famílias em extrema vulnerabilidade social.

Os casos são identificados e acompanhados por serviços como: Centro POP; CREAS; Serviço Especializado de Abordagem Social; Serviços de Acolhimento; Consultório na Rua; demais equipamentos da rede pública.

A inclusão ocorre mediante avaliação técnica e deliberação da Central Reguladora de Vagas, formada por representantes dos serviços da rede SUAS para população em situação de rua.

4.4 Perfil dos Beneficiários

Gênero: entre os beneficiários acompanhados entre os anos de 2021-2025 foram registrados: 244 homens; 75 mulheres (5 mulheres trans). O gráfico a seguir, extraído do [relatório da Pastoral do Menor](#), confirma que o maior percentual de beneficiários é composto por homens (pág. 132):



Fonte: Relatório quantitativo Moradia Primeiro, 2025.

A faixa etária mais atendida pelo programa é composta por pessoas entre 41 a 50 anos, em segundo 31 a 40 anos, em terceiro 51 a 59 anos:

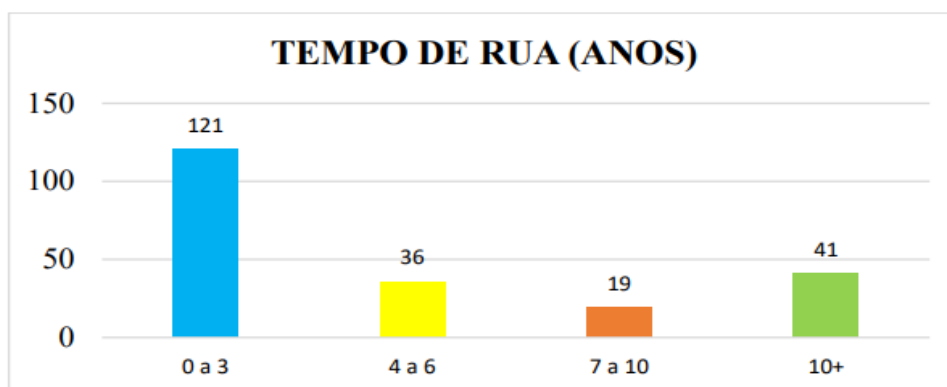


Fonte: Relatório quantitativo Moradia Primeiro, 2025.

Os dados do perfil racial são os seguintes: 139 pessoas brancas; 101 pardas; 78 pretas; 1 indígena. Assim, nota-se que 36,6% declararam ser brancos, 30,1% pardos, 28,2% pretos e 0,5% indígena:

Em relação às condições de saúde dos beneficiários: os relatórios registram significativa incidência de uso de álcool e outras drogas; transtornos mentais; deficiência física e intelectual; dificuldades de acesso à renda e ao trabalho.

Em relação ao tempo de rua, observa-se que 121 atendidos estão entre 0 e 3 anos em situação de rua, seguido de 41 atendidos que estão com mais de 10 anos em situação de rua e em terceiro 36 atendidos entre 4 e 6 anos:



Fonte: Relatório quantitativo Moradia Primeiro, 2025.

4.5 Resultados Habitacionais

Um dos principais indicadores do programa refere-se ao acesso concreto à moradia. Dos dados disponibilizados pela Pastoral foram identificadas as

seguintes formas de ocupação habitacional: imóveis alugados diretamente com proprietários; pensões; imóveis locados por imobiliária; e moradias compartilhadas.

A metodologia adotada permitiu o rompimento imediato da situação de rua por meio da inserção rápida em moradias localizadas em diferentes regiões da cidade.

Outro dado relevante refere-se à reduzida incidência de problemas relacionados aos imóveis locados. Segundo informações da equipe executora, mesmo com mais de uma centena de vagas ocupadas, os casos de danos significativos aos imóveis não ultrapassaram 5% dos atendimentos, contribuindo para a manutenção da confiança de proprietários e locadores particulares.

4.6 Trabalho, Renda e Autonomia

A geração de renda permanece como um dos principais desafios para consolidação da autonomia plena dos beneficiários.

Ao final de 2025, os dados disponíveis indicavam 95 participantes exercendo atividades informais, apenas 1 pessoa com vínculo formal de emprego, 10 aposentados e 111 desempregados.

Apesar das dificuldades, o programa registra avanços importantes. A estabilização habitacional possibilita obtenção de endereço fixo, melhores condições de higiene pessoal, descanso adequado e organização da rotina, fatores que ampliam as oportunidades de acesso ao mercado de trabalho formal e informal.

O projeto mantém articulação com ações de qualificação profissional promovidas pelo município, possibilitando a participação de beneficiários em cursos profissionalizantes e iniciativas de inclusão produtiva. Os relatórios apontam ainda casos de desligamento voluntário motivados pela conquista de autonomia financeira decorrente da inserção laboral.

4.7 Monitoramento e Avaliação

O programa é submetido a acompanhamento contínuo pela Secretaria Municipal de Ação Social e pela organização executora, através de visitas quinzenais. Nos casos em que se observa situações de violência doméstica, por exemplo, dependência química acentuada, transtorno mental não estabilizado ou outras demandas que requerem maior proximidade, o acompanhamento ocorre quase diariamente, através de atendimentos domiciliares, contatos telefônicos e contatos com a rede de atendimento.

Entre os principais indicadores avaliados, todos previstos no termo de colaboração, destacam-se:

permanência na moradia; desligamentos; acesso a benefícios sociais; inserção em trabalho e renda; fortalecimento de vínculos familiares; desenvolvimento de autonomia; participação em atividades socioeducativas; satisfação dos beneficiários.



Casa de L. - 6 anos em situação de rua

5. A experiência de Franca pelo olhar da Pastoral do Menor – A importância do trabalho em rede e do acompanhamento técnico continuado

Durante reunião realizada em 7 de julho de 2026 com a coordenadora do Programa Moradia Primeiro e da Pastoral do Menor de Franca, Lindsay Lemos Gonçalves Ferreira, um dos aspectos mais enfatizados foi que o sucesso da iniciativa não decorre apenas da oferta da moradia, mas especialmente da capacidade de articulação permanente entre os diversos serviços da rede pública e da equipe técnica responsável pelo acompanhamento dos beneficiários.

Segundo a Coordenadora, a moradia constitui apenas o ponto de partida do processo de superação da situação de rua. A permanência da pessoa no programa depende diretamente da continuidade do acompanhamento realizado pela equipe técnica e da interação constante com os demais equipamentos da rede socioassistencial e de saúde.

Ao descrever a metodologia de acompanhamento, Lindsay destacou que cada profissional possui conhecimento aprofundado dos serviços disponíveis no território e atua como referência para o usuário: “cada funcionário tem sua lista de referência da rede, aí os beneficiários que demandam mais acompanhamento de saúde são encaminhados para esse atendimento; quem precisa acessar benefícios é encaminhado ao CRAS e assim por diante.”

A fala evidencia que o Programa Moradia Primeiro não se estrutura como iniciativa isolada, mas como política integrada à rede municipal de proteção social. O trabalho desenvolvido pela equipe pressupõe conhecimento detalhado dos fluxos de atendimento, dos serviços existentes e dos profissionais

responsáveis pelos diferentes encaminhamentos, permitindo respostas mais rápidas e efetivas às múltiplas demandas apresentadas pelos beneficiários.

Nesse contexto, merece destaque a estratégia adotada pela Pastoral de vincular cada beneficiário a um profissional de referência. Conforme relatado pela coordenadora “há um filtro pra entender logo no início se o beneficiário precisa mais do acompanhamento do profissional da assistência social ou da psicologia, e a partir disso esse profissional vai acompanhar a vida desse beneficiário, vai conhecer a realidade dele e formar um vínculo com ele.”

A experiência de Franca demonstra que a criação desse vínculo de confiança é um dos principais fatores de sucesso do Programa Moradia Primeiro. O acompanhamento sistemático permite identificar precocemente situações de agravamento de saúde, conflitos familiares, dificuldades de permanência na moradia, problemas financeiros, recaídas relacionadas ao uso de substâncias ou outras situações que poderiam levar ao retorno da pessoa à situação de rua.

Outro aspecto relevante apontado por Lindsay é que a intensidade do acompanhamento varia conforme o momento vivido pelo beneficiário: “a regra é um atendimento por mês, mas se algum beneficiário estiver instável, com problemas de saúde ou com alguma demanda crítica, então o acompanhamento será maior, atendendo até semanalmente se precisar.”

A prática demonstra compreensão compatível com os princípios do *Housing First*, segundo os quais a estabilidade habitacional necessita ser acompanhada por suporte flexível e adaptado às necessidades individuais de cada pessoa. Não se trata apenas de oferecer moradia, mas de construir condições para que a moradia se torne efetivamente sustentável ao longo do tempo.

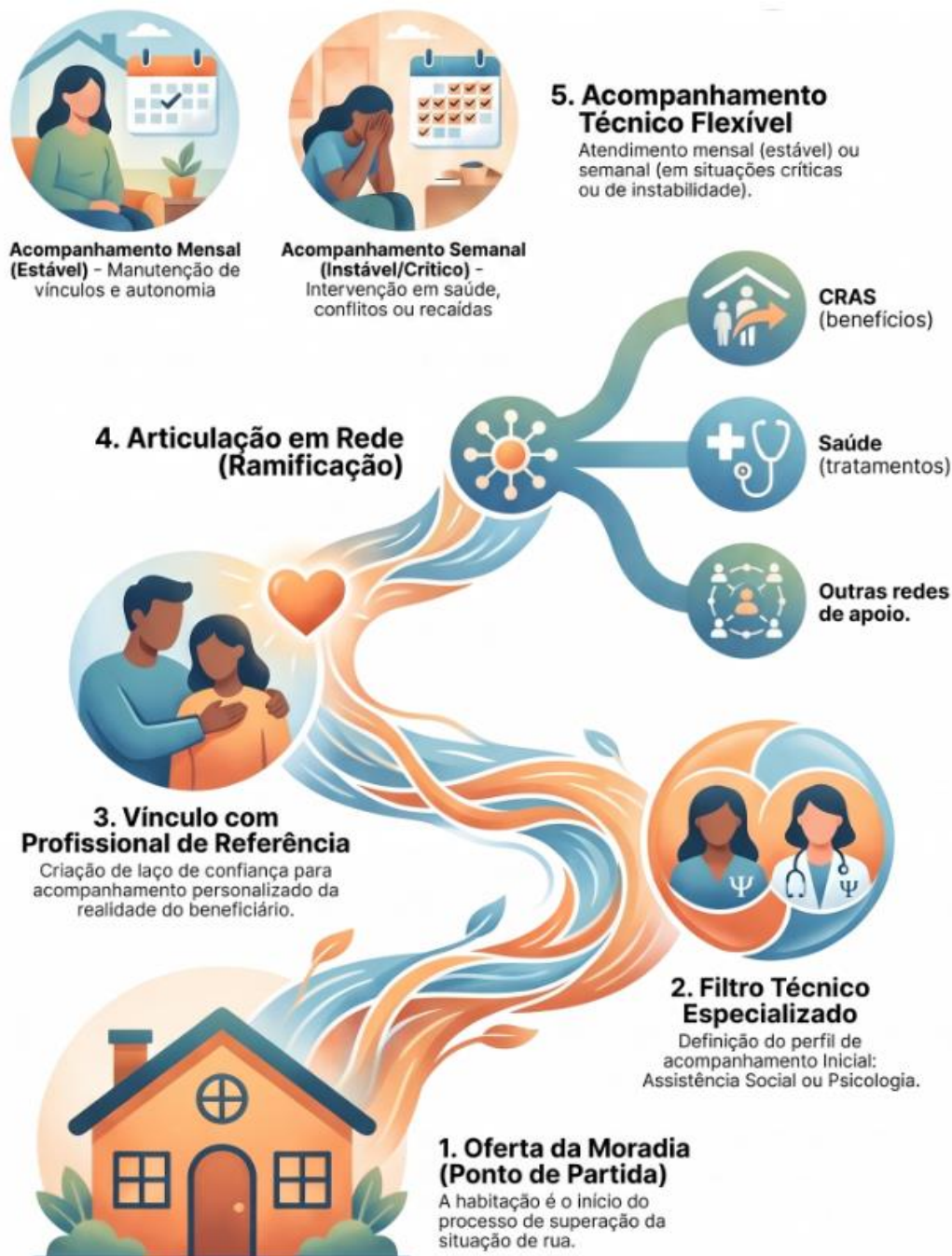
A Coordenadora também ressaltou que muitos dos avanços obtidos pelos participantes não decorrem exclusivamente de questões financeiras ou habitacionais, mas do suporte emocional e relacional proporcionado pela equipe do programa. Ao comentar a inexistência de prazo de permanência, observou que “muitas vezes não é o lado financeiro que pesa, mas o vínculo que ele precisa manter com a equipe para continuar estável.”

Tal observação revela importante aprendizado para municípios interessados em implementar programas semelhantes. A ruptura com a situação de rua constitui processo complexo, frequentemente marcado por anos de exclusão social, rompimento de vínculos e fragilização das redes de apoio. A disponibilização de uma moradia representa etapa fundamental, mas insuficiente quando desacompanhada de uma rede de proteção capaz de sustentar a trajetória de reconstrução da autonomia.

A experiência de Franca sugere, portanto, que a implantação de programas inspirados na metodologia *Housing First* deve necessariamente contemplar a estruturação de fluxos formais de articulação entre assistência social, saúde, habitação, trabalho e renda, bem como a construção de listas de referência contendo serviços, profissionais e contatos estratégicos para utilização pelas equipes técnicas. Mais do que um instrumento administrativo, essa organização em rede constitui elemento central para evitar evasões, fortalecer a permanência no programa e ampliar as chances de rompimento definitivo com a situação de rua.

Não por acaso, um dos relatórios compartilhados pela Coordenadora, intitulado [Relatório de Impactos de 2025](#), sintetiza a filosofia que inspira o trabalho da Pastoral do Menor no programa Moradia Primeiro através da expressão: “somos gente que ajuda gente”. É justamente nessa capacidade de aproximar pessoas, profissionais, instituições e políticas públicas em torno de um mesmo programa que parece residir um dos principais fatores de sucesso da experiência de Franca.

O fluxo a seguir ilustra essa engrenagem de proteção social, na qual a articulação permanente entre os diversos atores da rede funciona como elemento estruturante que conecta e sustenta o sistema de acompanhamento dos beneficiários:



6. A experiência de Franca pelo olhar do Poder Executivo Municipal – Inovação, escuta qualificada e reordenamento da política pública

Durante reunião realizada em 3 de agosto de 2026 com representantes da Secretaria de Ação Social de Franca (SEDAS), foi possível compreender a experiência do Programa Moradia Primeiro a partir da perspectiva dos gestores responsáveis pela formulação e implementação da política pública municipal.

Um aspecto que logo de início chamou atenção foi o elevado grau de apropriação institucional do programa e engajamento coletivo pelos diferentes integrantes da equipe. Isso demonstra que o Moradia Primeiro de Franca se consolidou como política pública incorporada à cultura institucional do município, o que explica em muito o sucesso da experiência.

A narrativa apresentada pelos gestores evidencia que o programa surgiu menos de um processo de planejamento teórico e mais de uma experiência concreta de escuta qualificada junto à população em situação de rua. Segundo relatado, durante o período da pandemia de Covid-19 o Município passou a observar o crescimento das ocupações em espaços públicos e percebeu que os serviços tradicionais de acolhimento não conseguiam responder às necessidades da população atendida. Foi nesse contexto que, durante abordagens realizadas diretamente nas ruas, uma mulher em situação de rua afirmou que não desejava uma vaga em abrigo, mas sim uma casa onde pudesse fechar a porta e viver sem sofrer violência. A partir dessa fala os gestores passaram a questionar os pressupostos que orientavam a política pública local e iniciaram estudos sobre a metodologia *Housing First*.

A experiência relatada demonstra importante mudança de paradigma. Em vez de partir da premissa de que a pessoa deveria primeiro superar todas as suas vulnerabilidades para depois acessar uma moradia, o Município passou a considerar a moradia como elemento inicial do processo de superação da situação de rua. E dentro de uma lógica que privilegiou a autonomia, os próprios usuários forneceram indicativos sobre como o programa deveria funcionar, sugerindo, por exemplo, que fossem eles os responsáveis pela busca dos imóveis, pela negociação com proprietários e pela mobilização de suas redes comunitárias para obtenção de móveis e utensílios domésticos. O resultado foi a construção de modelo fortemente baseado no protagonismo dos beneficiários através dos vínculos territoriais por eles construídos.

Outro aspecto destacado foi a importância do apoio político e administrativo para a consolidação da iniciativa. A equipe reconheceu que a implementação do projeto exigiu postura aberta do Poder Executivo e disposição revisar preconceitos. Houve resistência inicial à proposta. Entretanto, os primeiros resultados observados nas visitas domiciliares logo após o início do projeto piloto produziram forte impacto sobre a administração municipal. Os relatos de usuários que passaram a organizar seus espaços, cuidar de seus pertences e reconstruir projetos de vida permitiram demonstrar, na prática, que a estratégia era viável e capaz de gerar resultados concretos.

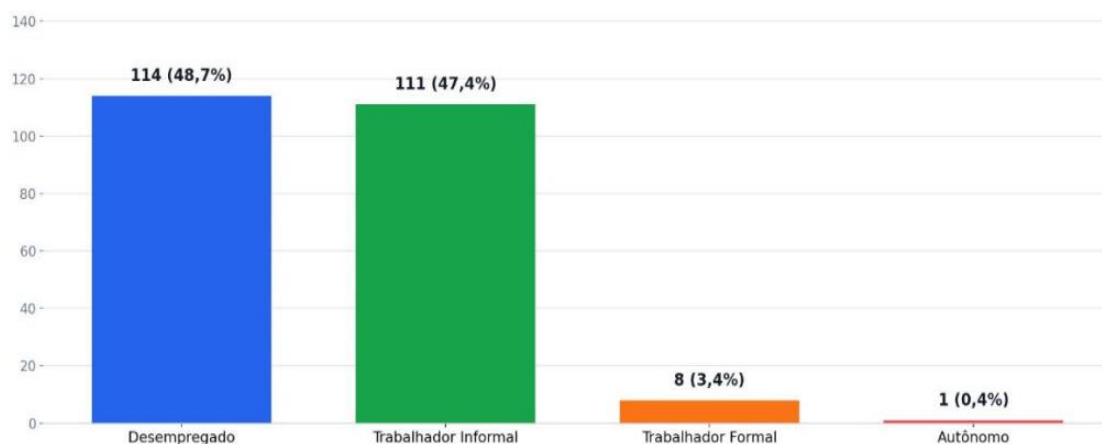
A visão dos gestores também evidencia que o Moradia Primeiro está inserido em processo mais amplo de reordenamento da política municipal de assistência social. Segundo o Secretário Óter Cassiano Marques, o Município optou por

inverter a lógica histórica de financiamento da assistência social, reduzindo a centralidade das medidas de alta complexidade e ampliando investimentos em estratégias preventivas e de fortalecimento da autonomia.

Esse foco na construção da autonomia orientou toda a implantação do Moradia Primeiro, compreendido como instrumento capaz de reduzir a dependência de acolhimentos institucionais prolongados e promover soluções mais eficientes e humanizadas. O resultado é revelado pelo [relatório conjunto do Município de Franca e da Pastoral do Menor](#), que explicita número de usuários que conseguiram vagas de emprego:



Situação no Mercado de Trabalho



Relatório Quantitativo - Programa Moradia Primeiro | Atendidos únicos: 234

Outro aprendizado relevante diz respeito à flexibilidade do modelo adotado. O Município optou por não impor limites ao tempo de permanência no programa, tampouco exigir abstinência de álcool ou outras drogas como condição de acesso à moradia. A única exigência é a utilização do benefício para a finalidade a que se destina, associada à participação no acompanhamento técnico oferecido pela rede. Segundo os gestores, essa escolha decorre do reconhecimento de que os processos de superação da situação de rua são heterogêneos e exigem respostas individualizadas.

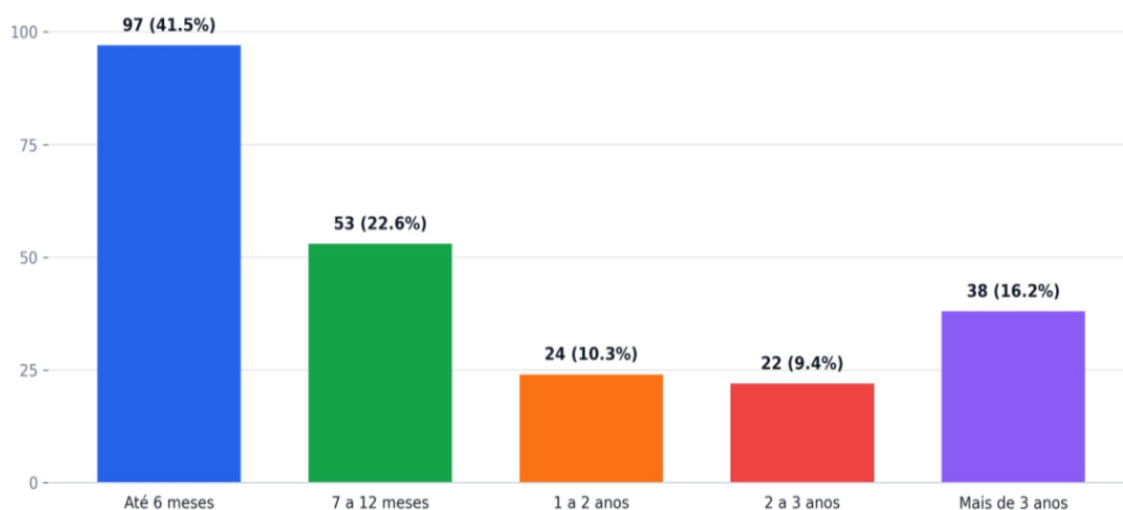
Tal heterogeneidade é ilustrada pelo tempo de permanência dos usuários no Programa Moradia Primeiro. Embora o Município não tenha estabelecido limites, cada trajetória de vida demanda tempo distinto de acompanhamento, adaptação e fortalecimento da autonomia. Os dados evidenciam essa diversidade: enquanto 41,5% dos participantes permaneceram por até seis meses, outros

necessitaram de períodos mais longos, chegando a mais de três anos de acompanhamento (16,2%).

Essa variação decorre das diferentes condições sociais, de saúde, vínculos familiares e históricos de exclusão. Em alguns casos, a estabilidade habitacional e o suporte oferecido pelo programa possibilitam rápida reconstrução da autonomia e a conquista bem-sucedida da vida independente. Em outros, o processo é marcado por dificuldades de adaptação, recaídas relacionadas ao uso de drogas, agravamentos de saúde ou rompimentos de vínculos, o que exige intervenções prolongadas e contínuas. Assim, o tempo de permanência deve ser interpretado como reflexo da singularidade de cada percurso e da necessidade de que o atendimento respeite o ritmo e as possibilidades de cada indivíduo.



Tempo de Permanência no Programa



Relatório Quantitativo – Programa Moradia Primeiro | Atendidos únicos: 234

A reunião também evidenciou outro aspecto que contribuiu decisivamente para a consolidação política do Programa: a constatação de que o Moradia Primeiro produz resultados mais efetivos com custos inferiores aos observados nos modelos tradicionais de acolhimento institucional. Segundo as informações compartilhadas, o Programa possui custo 60% menor que uma vaga de acolhimento, ao mesmo tempo em que promove acesso à moradia, fortalecimento de vínculos e ampliação das oportunidades de autonomia. A relevância desse dado é tamanha que a dimensão financeira da experiência de Franca merece análise própria e mais aprofundada, razão pela qual será examinada em tópico específico deste relatório.

A experiência de Franca demonstra que programas inspirados na metodologia *Housing First* não dependem apenas da disponibilização de recursos financeiros, mas sobretudo de disposição institucional para inovar, reordenar prioridades, construir consensos políticos e confiar na capacidade de reconstrução das próprias pessoas atendidas. Mais do que uma mudança metodológica, trata-se de alteração profunda na forma como o poder público compreende e enfrenta a situação de rua.

7. Análise Econômica do Programa Moradia Primeiro – Eficiência financeira e social

A experiência de Franca revela que a implantação de políticas inspiradas na metodologia *Housing First* não deve ser analisada apenas sob a perspectiva dos direitos humanos ou da proteção social, mas também sob a ótica da eficiência administrativa e da racionalidade econômica. Um dos argumentos mais enfatizados pelos gestores da Secretaria de Ação Social de Franca para justificar a expansão do Programa foi justamente a significativa diferença de custo entre o Moradia Primeiro e os modelos tradicionais de acolhimento institucional.

Conforme os dados apresentados, o custo mensal *per capita* do Moradia Primeiro de Franca varia entre R\$ 1.130,95 e R\$ 1.194,42. Esse valor contempla não apenas o subsídio habitacional (R\$ 523,20), mas também a equipe técnica especializada responsável pelo acompanhamento continuado dos beneficiários, composta por coordenação, profissionais de nível superior, orientadores sociais, motoristas, equipe administrativa, além das despesas operacionais e dos benefícios vinculados ao Programa. O cálculo inclui o auxílio moradia, o cartão alimentação e os custos de recursos humanos e manutenção da estrutura operacional.

Em contrapartida, o custo *per capita* mensal de uma vaga em acolhimento institucional no Município de Franca alcançou R\$ 3.225,44. A comparação demonstra que **o Moradia Primeiro opera com custo aproximadamente 63% inferior ao acolhimento tradicional**, e isso oferecendo mais do que apenas proteção temporária, mas efetiva inserção habitacional e acompanhamento técnico individualizado.

COMPARATIVO DE CUSTOS MENSAIS PER CAPITA



Moradia Primeiro em Franca opera com um custo per capita significativamente menor do que os abrigos tradicionais, representando uma economia direta para os cofres públicos.

Essa lógica econômica foi apontada pelo próprio Secretário Municipal de Ação Social, Óter Cassiano Marques, ao relatar que a atual gestão promoveu uma revisão da estrutura de financiamento da assistência social, reduzindo a concentração de recursos na alta complexidade e ampliando investimentos em estratégias preventivas, comunitárias e promotoras de autonomia. Segundo o gestor, a lógica inverteu a tradicional concentração de recursos em serviços de acolhimento para fortalecer alternativas capazes de evitar ou abreviar a institucionalização prolongada.

Os resultados observados em Franca confirmam o sucesso dessa estratégia. Desde a implantação do Programa, o Município ampliou progressivamente sua capacidade de atendimento, passando de 40 beneficiários em 2021, para 200 em 2026, sem necessidade de expansão da rede de acolhimento institucional. Ao contrário, o Moradia Primeiro de Franca contribuiu para o desligamento de usuários dos serviços de acolhimento, reduzindo a pressão sobre a alta complexidade e permitindo reordenamentos na rede de proteção social.

Redução Estrutural de Custos Indiretos



A estabilidade habitacional reduz a pressão e os gastos em saúde (emergências e internações), justiça e segurança pública, evitando a cronificação da situação de rua.

Inversão da Lógica de Alta Complexidade



A estratégia substitui respostas de alto custo e baixa resolutividade por soluções preventivas e promotoras de autonomia, qualificando o gasto público e gerando resultados sociais superiores com menor dispêndio.

A relevância dessa análise torna-se ainda mais evidente quando comparada com a realidade de Florianópolis. Tomando-se por base o custo operacional da Passarela da Cidadania, que opera com aproximadamente 400 vagas e

consome recursos da ordem de R\$ 21 milhões por ano, e comparando-se à realidade de Franca, chega-se ao custo aproximado de R\$ 52.500,00 por vaga ao ano, o equivalente a R\$ 4.375,00 por vaga ao mês. Ainda que os serviços não sejam integralmente comparáveis em virtude das diferenças estruturais, operacionais e territoriais existentes, o valor evidencia custo mensal significativamente superior ao identificado em Franca.

Numa projeção meramente ilustrativa, caso se adotasse como referência o custo médio de R\$ 1.194,42 por beneficiário observado em Franca, os R\$ 21 milhões atualmente destinados a uma estrutura de acolhimento com cerca de 400 vagas permitiriam financiar aproximadamente 1.465 beneficiários do Moradia Primeiro durante um ano inteiro.

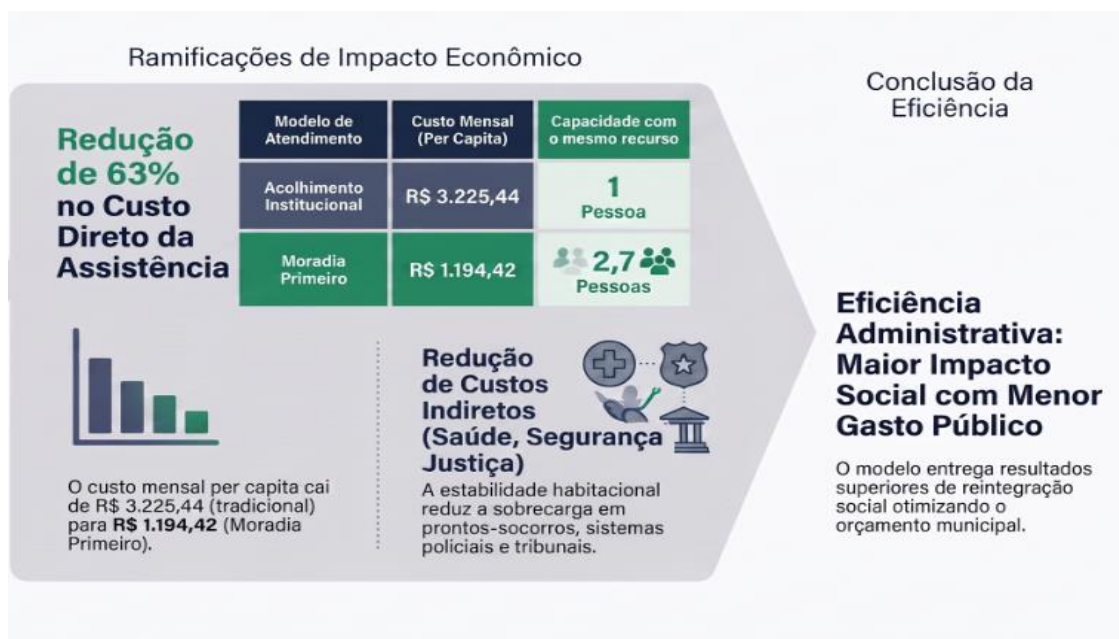


Evidentemente, essa comparação não pretende defender a substituição integral dos serviços de acolhimento, cuja existência continua necessária para atendimento de situações emergenciais, migrantes, pessoas em trânsito e indivíduos que demandam proteção imediata. Contudo, ela demonstra o potencial de reequilíbrio da matriz de financiamento da política pública para população em situação de rua.

Além da economia direta identificada nos custos operacionais, a literatura especializada aponta que programas baseados na metodologia *Housing First* tendem a gerar economia em outras áreas da administração pública. O [estudo nacional elaborado por Luiz Tokuzi Kohara](#) para o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, destaca que a permanência das pessoas na situação de rua produz custos elevados para os sistemas de saúde, assistência social, segurança pública e justiça, razão pela qual o acesso imediato à moradia deve ser compreendido como medida estruturante de inclusão social e de racionalização do gasto público.

Sob essa perspectiva, a experiência de Franca sugere que o debate sobre programas habitacionais para população em situação de rua não deve ser formulado como escolha entre ampliar gastos sociais ou economizar recursos

públicos. Os dados indicam justamente o contrário: ao substituir parcialmente respostas de alta complexidade por estratégias centradas na moradia permanente, o Município simultaneamente conseguiu ampliar a proteção social, fortalecer a autonomia dos beneficiários e reduzir o custo *per capita* da intervenção estatal.



As lições econômicas da experiência francana denotam que o Moradia Primeiro é capaz de produzir resultados sociais com custos significativamente inferiores aos dos modelos tradicionais de institucionalização prolongada. Trata-se, portanto, de política pública apto a conciliar eficiência administrativa, racionalidade econômica e promoção da dignidade humana

8. Conclusão

A experiência desenvolvida pelo Município de Franca consolida-se como uma das iniciativas mais estruturadas de implementação e adequação da metodologia *Housing First* no Brasil. Mais do que adaptação local de um modelo internacional, o Programa Moradia Primeiro de Franca demonstra que é possível construir respostas efetivas à situação de rua a partir do reconhecimento da moradia como direito fundamental e como elemento estruturante dos processos de inclusão social. Os resultados alcançados revelam que a superação da situação de rua depende da criação de condições objetivas de estabilidade a partir das quais as pessoas possam reconstruir seus projetos de vida.

Os dados levantados demonstram a expansão do Programa desde sua criação, em 2021, o crescimento do número de beneficiários atendidos, a inserção habitacional de dezenas de pessoas e a capacidade de articulação entre

assistência social, saúde, e efetivação do trabalho e renda. A experiência francana evidencia que a partir da estabilidade habitacional, tornam-se mais viáveis a reconstrução dos vínculos familiares e comunitários, o acesso à documentação civil, a adesão a tratamentos de saúde, a obtenção de benefícios sociais e o fortalecimento das condições necessárias para a conquista da autonomia.

A pesquisa também evidenciou que o sucesso da iniciativa não decorre exclusivamente da disponibilização de moradias. O acompanhamento técnico continuado realizado por equipe multiprofissional, aliado à forte articulação com a rede pública municipal, constitui elemento essencial para a sustentabilidade dos resultados alcançados. A existência de profissionais de referência, visitas domiciliares frequentes, planos individuais de acompanhamento e respostas flexíveis às necessidades dos usuários permite enfrentar situações de crise, recaídas, agravamentos de saúde ou fragilização de vínculos, reduzindo significativamente o risco de retorno à situação de rua.

A análise das trajetórias dos beneficiários demonstra ainda que os processos de saída da situação de rua são profundamente heterogêneos. Enquanto algumas pessoas alcançam rapidamente condições de autonomia, estabilidade financeira e desligamento do Programa, outras necessitam de acompanhamento prolongado. Essa constatação reforça a importância de modelos flexíveis, capazes de respeitar os diferentes tempos de reconstrução de cada indivíduo e evitar soluções padronizadas para problemas altamente complexos.

Sob a perspectiva da gestão pública, os resultados observados em Franca demonstram que políticas centradas na moradia permanente podem produzir impactos sociais superiores aos modelos baseados predominantemente na institucionalização prolongada. O Programa contribuiu para reduzir a pressão sobre os serviços de acolhimento, ampliar o número de pessoas atendidas, fortalecer estratégias de autonomia e favorecer o desligamento qualificado de usuários da rede de alta complexidade. Ao mesmo tempo, apresentou custo substancialmente inferior ao acolhimento institucional, permitindo maior alcance social com menor dispêndio de recursos públicos.

A análise realizada também permite identificar elementos fundamentais para a replicação do modelo em outros municípios brasileiros. Em primeiro lugar, mostra-se crucial a existência de apoio político e institucional por parte dos gestores públicos, capaz de sustentar processos de inovação e reordenamento das prioridades da política socioassistencial. Em segundo lugar, evidencia-se a necessidade de rede articulada entre assistência social, saúde, habitação, trabalho e renda, garantindo que a oferta de moradia seja acompanhada por suporte técnico permanente. Em terceiro lugar, a experiência destaca a importância de equipes especializadas e capacitadas, capazes de construir

vínculos de confiança com os beneficiários e responder de forma individualizada às suas necessidades.

Também merece destaque a necessidade de adaptação do modelo às características locais. Municípios de diferentes portes podem iniciar projetos-piloto com número reduzido de beneficiários e expandir gradualmente sua capacidade de atendimento à medida que a rede de suporte se fortaleça. A replicabilidade do Programa depende menos da construção de grandes estruturas físicas e mais da capacidade de articulação institucional, da formação de parcerias e da compreensão de que a moradia deve ocupar posição central na estratégia de superação da situação de rua.

Nesse contexto, municípios interessados em implementar iniciativas semelhantes devem realizar diagnóstico prévio da população em situação de rua, mapeamento da rede de serviços existente, definição de critérios transparentes de acesso, elaboração de fluxos intersetoriais de atendimento e criação de mecanismos permanentes de monitoramento e avaliação. A produção sistemática de informações é fundamental para assegurar a sustentabilidade política, administrativa e financeira da política pública.

De toda a análise inexistem dúvidas de que a consolidação do Moradia Primeiro de Franca foi viabilizada pela construção de parceria sólida e permanente entre o Poder Público e a Pastoral do Menor, organização da sociedade civil que já possuía histórico de atuação junto à população em situação de rua, conhecimento do território, credibilidade institucional e capacidade técnica para executar os serviços.

Essa constatação possui especial relevância para Florianópolis. Diferentemente de municípios que precisariam iniciar a construção dessa rede do zero, a capital catarinense já conta com atores historicamente comprometidos com a defesa dos direitos da população em situação de rua, a exemplo da Pastoral do Povo da Rua da Arquidiocese de Florianópolis. A existência dessa base institucional constitui importante vantagem para eventual implantação de iniciativas inspiradas no Moradia Primeiro, uma vez que parte significativa dos vínculos, conhecimentos territoriais e canais de diálogo com a população já se encontra estabelecida.

A principal lição da experiência francana, portanto, é que a moradia funciona melhor quando sustentada por uma comunidade de cuidado, por relações de confiança construídas ao longo do tempo e por instituições capazes de atuar conjuntamente em torno de um objetivo comum. É justamente nesse fortalecimento das redes locais de proteção social que reside uma das maiores oportunidades para que Florianópolis e outros municípios brasileiros avancem

na construção de respostas mais efetivas, humanizadas e sustentáveis para a população em situação de rua.

ANEXO I

TRANSCRIÇÃO DA REUNIÃO COM A COORDENADORA DA PASTORAL DO MENOR E DO PROGRAMA MORADIA PRIMEIRO

Eduardo Sens dos Santos
Coordenador CDH | CSP

Graziele dos Prazeres Cunha
Promotora de Justiça | 12^a PJ de Joinville

Danielle Silvestrin
Assessora Administrativa CDH | CSP

Lindsay Lemos Gonçalves Ferreira
Coordenadora | Pastoral do Menor e Moradia Primeiro

7 de julho de 2026

Eduardo - Nosso interesse mais concreto é nessa relação que vocês mantiveram com a prefeitura. Como é que chegaram? Como é que outros municípios que vocês têm conhecimento tem lidado com essa chegada na prefeitura? E como é essa relação de longo prazo que vocês têm com a prefeitura?

Lindsay - Aqui em Franca o projeto começou por iniciativa da prefeitura. Então o movimento foi da prefeitura em relação à Pastoral do Menor e não o contrário.

Na época da pandemia, a Secretária de Ação Social e a Diretora de Proteção Especial foram ouvir as pessoas em situação de rua para identificar por que muitas delas não queriam acessar os serviços de abrigo e acolhimento noturno. E aí essas pessoas trouxeram o desejo de ter uma casa. Foi a partir dessa escuta qualificada que nasceu o Programa Moradia Primeiro de Franca, e nasceu a partir de adaptações do *Housing First*, porque aqui infelizmente não se consegue entregar a casa mobiliada. Então foi criado um projeto de enfrentamento à pobreza com o nome de Moradia Primeiro, que é um aluguel social para a população em situação de rua.

Depois o Município procurou a Pastoral do Menor convidando para participar do edital de chamamento público, e isso porque a Pastoral já cuidava dos serviços

de acolhimento e de abrigo provisório. O Município lançou o edital de chamamento, mas nenhuma outra OSC, além da Pastoral do Menor, quis concorrer. Foi assim que a partir de 2022 assumimos o serviço do Moradia Primeiro. Atualmente, como funcionária da Pastoral, eu coordeno o serviço, mas antes coordenava a abordagem social. Aqui o Moradia Primeiro, por ser um projeto de enfrentamento à pobreza, fica administrativamente localizado dentro da abordagem social.

Eduardo - Aqui em Florianópolis a gente tem a Pastoral do Povo da Rua fazendo o serviço, mas não temos nenhum valor pago pelo Município. Que ideias você sugere para abordarmos isso com os prefeitos? E que dificuldades vocês têm nos contratos com a prefeitura? Prestação de contas?

Lindsay - O primeiro passo é mostrar que o projeto funciona. Aqui o prefeito também, no primeiro momento, foi um pouco resistente. Logo ele questionou: “como os munícipes vão interpretar esse projeto?” Com o dia a dia mostramos que o projeto funciona, que dá resultado, e fizemos isso principalmente através do nosso diferencial que é o acompanhamento da equipe. Temos uma equipe que acompanha os duzentos atendidos. Essa equipe é formada por psicólogos, assistentes sociais, orientadores sociais e motorista.

Outro ponto é que mostramos ao prefeito que o Moradia Primeiro saía mais barato do que uma vaga no acolhimento institucional e era mais efetivo, porque havia a redução de danos. A gente não trabalha na perspectiva da abstinência, mas através do acompanhamento notamos uma redução no uso de substância etílica e psicoativa.

Alguns retomaram contato com a família; muitos conseguimos inserir em benefícios sociais e alguns conseguiram aposentadoria, BPC; outros voltaram para o mercado de trabalho. A maior parte hoje trabalha informalmente, já que há dificuldade com carteira assinada, porque às vezes ainda faz uso de substância psicoativa e às vezes não consegue ficar em um local fechado o dia todo. Então aqui eles procuram muito trabalho com reciclagem e construção civil, mas também temos cuidador de idosos e garçons.

Com o passar do tempo o prefeito foi confiando no projeto. Muitos municípios vieram conhecer nosso Programa e cada um está se desenvolvendo dentro de sua realidade. Então, por exemplo, tem município que não consegue atender 200 pessoas, aí atende dez, vinte pessoas. Tem município que está mais estruturado no modelo *Housing First*, então consegue entregar a casa mobiliada.

Eduardo - E por que vocês acharam que era melhor não entregar a casa mobiliada?

Lindsay - Por falta de recursos financeiros, o que nos leva a fazer muitas campanhas de doação de móveis. Nós que organizamos essas campanhas e fazemos tudo, inclusive buscamos a mobília no doador e entregamos na casa do

beneficiário. Nosso sonho é entregar a casa mobiliada, mas ainda não temos recursos financeiros suficientes.

Eduardo - Como é que vocês respondem àquela fala, que eu acho que vai acontecer aqui, do tipo, se eu começar a dar casa para pessoas em situação de rua elas vão vir de outras cidades para cá para buscar o benefício, para conseguir a casa. Como vocês lidam com isso?

Lindsay - Enfrentamos isso aqui em Franca também. Esse é o senso comum, é o que se mostra nas mídias, mas sempre publicamos os dados do Programa para mostrar que a realidade não é assim. E os dados mostram que a maior parte dos beneficiários do Moradia Primeiro são de Franca, a maior parte da população em situação de rua é de Franca e não de outros municípios.

Eduardo - Aqui em Florianópolis talvez seja um pouco diferente, porque Santa Catarina é o estado que mais recebeu migrantes internos. Então eu acho que quase 70% aqui, segundo os dados que a gente tem, são de fora. E nesse sentido você vê alguma dificuldade, alguma forma diferente de tratar o Moradia Primeiro com o público que é de outra localidade?

Lindsay - Aqui em Franca, para participar do projeto, a pessoa precisa ser de Franca e estar em situação de rua em Franca há pelo menos três anos. São poucos os critérios, mas um deles é esse, três anos em situação de rua e três anos no município de Franca ou natural de Franca.

Gostaríamos de atender a todos, independente desse critério, mas como há demanda reprimida precisamos ter algum tipo de seleção. E esse foi o corte que precisamos fazer para dar conta do atendimento. No início tínhamos quarenta vagas, depois cento e dez, e agora duzentas, mas ainda assim temos uma lista de espera com aproximadamente duzentas pessoas.

Falando ainda sobre quem é de fora, nós atendemos uma mulher da Venezuela, mas todo o processo foi tranquilo com ela.

Outra coisa importante é que desde o início do processo de escolha nós ouvimos a pessoa pra entender se tem possibilidade de retomar o contato com a família. Por isso que as vezes, no meio do processo, a pessoa fala que quer voltar para sua cidade de origem, para sua família, e então nesses casos fornecemos a passagem social.

Eduardo - Vocês notam alguém querendo chegar em Franca em busca apenas dos benefícios socioassistenciais? Quer dizer, notam pessoas que chegam só pra isso ou eles chegam por outros motivos e acabam precisando dos benefícios?

Lindsay - O que notamos é que as pessoas chegam em Franca em busca de emprego, principalmente porque aqui já foi uma região muito forte no café e nas indústrias de calçado. Mas hoje em dia a região já não tem mais essa força e aí quem chega não encontra emprego e acaba ficando na cidade. Então fazemos

o acolhimento na casa de passagem e damos um prazo para a pessoa se organizar, por volta de um mês, dois meses. Em relação aos outros benefícios, os registros do CadÚnico não somos nós que fazemos a inscrição, então não posso afirmar que haja interesse em vir para cá só para acessar os benefícios socioassistenciais.

Eduardo - E quais são as dificuldades que a Pastoral tem no contrato, na gestão desse contrato com a prefeitura? Prestação de contas é um problema? Há algum tipo de ingerência política, do tipo acolhe esse aqui que o vereador está pedindo? Algo assim?

Lindsay - Ingerência política sempre tem e no período eleitoral fica mais difícil, mas ninguém chega pedindo vaga de moradia escancaradamente. O que nos pedem é por exemplo, tirem tal pessoa da situação de rua, isso é o que a gente mais ouve.

Da prestação de contas não temos problema, porque o pagamento dos aluguéis é feito pela prefeitura, através da Secretaria de Finanças, então só fazemos o acompanhamento dos atendidos.

Eduardo - Os beneficiários recebem o dinheiro em mãos para pagar o proprietário do imóvel?

Lindsay - Não. A prefeitura é que faz o pagamento aos proprietários. Todo o mês nós encaminhamos uma lista para a prefeitura com o nome dos atendidos e o nome dos proprietários, CPF e o banco através do qual recebem e aí, através de PIX, a prefeitura faz o pagamento diretamente aos donos dos imóveis.

Então os atendidos não têm acesso ao valor do benefício. Para fazer tudo isso usamos [instrumentais](#), que são contratos informais de aluguel, e neles colocamos algumas regras do projeto, algumas condicionalidades.

A gente foi observando que tínhamos que incluir algumas condicionalidades, porque às vezes eles não ficavam na casa, tentavam fazer “rachadinha” com proprietários, destruíam os imóveis. Então a gente colocou algumas regras no papel para eles assinarem e terem um pouco mais de responsabilidade.

E tudo é muito bem conversado antes. Porque são os próprios atendidos que procuram as casas, que conversam com os proprietários e depois que eles fazem esses ajustes iniciais é que nos comunicam e aí a gente coloca um técnico de referência para acompanhar o fechamento desse aluguel. O técnico também assina todos esses instrumentais junto com o proprietário e o beneficiário, e explica ao proprietário todos os detalhes de funcionamento do Moradia Primeiro e as obrigações que o atendido vai ter que cumprir.

Eduardo - Vocês têm uma estimativa mensal do valor por pessoa do custo do projeto?

Lindsay - O valor do aluguel social é de R\$ 523,20, mas aí é feito um combinado com os beneficiários, então se eles quiserem alugar uma casa que custa mais eles podem pagar a diferença com o Bolsa Família, BPC, aposentadoria, ou outro benefício ou renda que recebam. Além disso, permitimos que alguns morem juntos. Então, por exemplo, às vezes o aluguel é R\$ 1.000,00 e aí a gente permite que dois morem juntos, assim o custo fica acessível de acordo com o benefício. Alguns, se a mãe paga o aluguel da casa e o beneficiário tem um bom relacionamento com essa mãe, a gente permite que ele more com a mãe e ajude também no aluguel do imóvel, e aí dentro do [plano individual de atendimento](#) a gente vai pensar na especificidade do caso.

Eduardo - E os custos da Pastoral?

Lindsay - Os nossos custos são em relação aos recursos humanos e despesas (manutenção de carro, combustível, manutenção predial), mas tudo é administrado de acordo com o estabelecido no termo de colaboração.

Graziele - Hoje vocês têm duzentos atendidos, mas quem é que seleciona essas pessoas? E como acontecem os desligamentos do Programa?

Lindsay - Dentro do nosso Sistema Municipal de Assistência Social temos uma Central Reguladora de Vagas, e aí nós nos reunimos com o Centro Pop e os servidores dessa Central e definimos os casos prioritários, a exemplo de mulheres, mulheres vítimas de violência, idosos, público LGBTQIA+, pessoas com condições de saúde agravadas. Então se temos dez vagas, primeiro inserimos cinco pessoas dentre esses prioritários, depois as outras cinco vagas nós sorteamos entre aqueles que estão na lista de espera.

Aí, por exemplo, do número um até duzentos a gente sorteia cinco vagas, e no dia são os próprios atendidos que tiram os papeizinhos do sorteio. Então vamos seguindo sempre conforme a disponibilidade de vagas.

O que faz eles serem desligados é não fazer o uso adequado da casa. Nós orientamos e damos duas oportunidades, na terceira vez a gente desliga e explica o motivo do desligamento, quais foram os critérios descumpridos.

Algumas vezes é só questão de mudar de casa, outras é só um conflito com o proprietário, então auxiliamos a procurar outro lugar e a tentar permanecer no Programa. Algumas vezes o próprio atendido fala que não está num bom momento, não está em condições de ficar no Programa e pede para voltar ao abrigo provisório, ou para a cidade de origem. Há também os casos em que eles acabam cometendo algum crime e são presos, o que também faz com que percam a vaga no Programa. São muitas as situações que podem acontecer, e elas fazem parte desse processo.

Graziele - O atendido escolhe o imóvel, mas esse imóvel é verificado antes pelo Município?

Lindsay - A equipe de apoio faz uma verificação do imóvel, certificando que ele tenha condição mínima de moradia, com água e luz instaladas. Os móveis não são uma exigência, porque isso o beneficiário corre atrás depois e nós o ajudamos com as doações. Depois da verificação, se a equipe definir que o imóvel está apto, fechamos o contrato; se não estiver apto informamos ao atendido que ele precisa encontrar outro imóvel. Hoje já conhecemos os possíveis proprietários e os imóveis, então fica mais fácil porque sabemos quais são confiáveis.

Graziele - Partindo deles a iniciativa, considerando que o dinheiro cai direto na conta do proprietário, não tem problema com locais onde, por exemplo, uma senhora aluga quartos e os atendidos começam a traficar? Eles não alugam o local já com a intenção de traficar nesses lugares?

Lindsay - Tivemos um caso em um hotel grande, ele tinha trinta quartos e aí começou a acontecer isso. O proprietário assim que identificou nos avisou que não gostaria de continuar alugando as vagas e então tiramos todos os atendidos daquele local e os realocamos. Mas é importante dizer que a proposta do projeto é a redução de danos, não é a abstinência. Quando tem situação de tráfico informamos para a polícia e nós desligamos o atendido do Programa, mas, repito, a abstinência não é uma condicionalidade.

Graziele - O Pix é passado para o proprietário. Como é que vocês fazem na prática esse acompanhamento? Foi terceirizado para a OSC? O CentroPop participa dessa fiscalização?

Lindsay - Tudo é feito em conformidade com o termo de colaboração. O CentroPop continua sendo a unidade estatal, mas a responsabilidade do projeto é da equipe da Pastoral do Menor.

Graziele - Vocês fiscalizam só a moradia, se ele está utilizando a moradia?

Lindsay - Acompanhamos outros aspectos também. Nosso padrão de acompanhamento é uma visita por mês. E isso acontece através de seis funcionários: três psicólogos e três assistentes sociais. Cada um deles atende em média trinta e três beneficiários.

Cada funcionário tem sua lista de referência da rede, aí os beneficiários que demandam mais acompanhamento de saúde são encaminhados para esse atendimento; quem precisa acessar benefícios é encaminhado ao CRAS e assim por diante. Fazemos um filtro pra entender logo no início se o beneficiário precisa mais do acompanhamento do profissional da assistência social ou da psicologia, e a partir disso esse profissional vai acompanhar a vida desse beneficiário, vai conhecer a realidade dele e formar um vínculo com ele. Isso tudo acontece dentro do PIA, que é o nosso Plano Individual de Atendimento.

Como eu disse, a regra é um atendimento por mês, mas se algum beneficiário estiver instável, com problemas de saúde ou com alguma demanda crítica, então o acompanhamento será maior, atendendo até semanalmente se precisar.

Graziele - E por quanto tempo eles podem ficar no projeto?

Lindsay - Não tem prazo. É indefinidamente porque tem estudos que mostram que a pessoa pode levar nove anos para romper com a situação de rua.

Graziele - Vocês não acham que, por exemplo, quatro ou cinco anos no projeto faz com que ele fique acomodado?

Lindsay - Isso é uma questão que a gente vem conversando aqui. Porque muitas vezes não é o lado financeiro, é mais sobre o vínculo que ele precisa manter com a equipe para continuar estável. Se a gente desligasse por questão financeira eles seguiriam, mas tem a questão emocional que entra muito na política de saúde e que poderia prejudicar esse processo de saída da rua. Estamos pensando em rever algumas coisas, mas até o momento alguns não foram desligados porque a gente vê que o apoio emocional que a equipe exerce é fundamental.

Graziele - E vocês têm uma ideia de quantas dessas pessoas conseguem realmente sair dessa situação e arrumar um emprego, alguma coisa estável?

Lindsay - A gente está fazendo esse levantamento hoje, mas por volta de cem pessoas já estão trabalhando, ainda que de modo informal.

Danielle - A diocese dá essa liberdade para vocês se organizarem ou ela que supervisiona?

Lindsay - A Pastoral do Menor em Franca é uma OSC. Então ela é uma Pastoral da Igreja Católica, mas é também uma organização da sociedade civil.

Nós temos mais de oitocentos funcionários. Aqui em Franca trabalhamos com serviços da Assistência Social, que envolvem os serviços de PopRua, de abrigo, de acolhimento, de abordagem social e de moradia. Além disso, temos os serviços de acolhimento de crianças e adolescentes. E atendemos em mais de um município, então além de Franca estamos em Jardinópolis, Patrocínio Paulista, Restinga, que são todos os municípios da região.

O bispo daqui autoriza nossos serviços e projetos, acompanha, participa das reuniões da diretoria. E o presidente da OSC, que é o Padre Ovídio, vai até à Cúria Diocesana prestar contas junto com a contadora da OSC. Aliás, o Padre Ovídio é uma pessoa muito querida aqui em Franca, muito influente, que faz esse trabalho com pessoas em vulnerabilidade desde a década de oitenta, e isso nos ajuda muito a abrir caminho e a conquistar confiança e reconhecimento aqui em Franca.

Quero deixar registrado, conforme consta no nosso [Plano de Trabalho de 2026](#), que temos para esse o ano, nos três serviços de PopRua, o investimento municipal de R\$ 5.637.042,24; e o investimento federal no total de R\$ 96.000,00. Da fonte estadual não recebemos nada. Nesse montante global de R\$ 5.733.042,24 entram os serviços de PopRua, abrigo, acolhimento, casa de

passagem. Hoje o termo de colaboração unificou todos esses serviços, então é um só.

Eduardo - Em Florianópolis, por exemplo, só para a unidade de acolhimento que sofre muitas reclamações, são [R\\$ 21 milhões por ano](#), e é apenas uma unidade de acolhimento com refeições para quatrocentas pessoas. Então acho que com esse dinheiro a gente faria muito mais coisas aqui.

Danielle - O Ministério Público de Franca acompanha vocês? Vocês têm alguma forma de contato com eles?

Lindsay - O MP acompanha muito pouco a Pastoral do Menor, mas eles acompanham a parte estatal desses serviços junto à prefeitura, principalmente com a Secretaria de Ação Social. O promotor, inclusive, elogia muito o trabalho e a maior parte dos casos que chegam são arquivados, porque procuramos sempre atender e dar o melhor andamento ao caso.

Eduardo – Muito obrigada pela aula e pelas informações! E se precisar de alguma coisa fique sempre à vontade em nos pedir em Florianópolis ou em toda Santa Catarina.

Lindsay - Muito obrigada e boa sorte para vocês!

ANEXO II

TRANSCRIÇÃO DA REUNIÃO COM A EQUIPE DA SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL de FRANCA — SEDAS

Eduardo Sens dos Santos
Coordenador CDH | CSP

Danielle Silvestrin
Assessora Administrativa CDH

Óiter Cassiano Marques
Secretário | SEDAS

Jandira de Almeida Ramos
Chefe de Gabinete | SEDAS

Iara Flávia Afonso Guimarães
Diretora | Dep. de Prot. Social Especial | SEDAS

Éder Ribeiro
Psicólogo | Coord. CREAS | SEDAS

Lindsay Lemos Gonçalves Ferreira
Coord. | Pastoral do Menor e Moradia Primeiro

3 de agosto de 2026

Eduardo – Nós, promotores da área de Direitos Humanos, queremos que a população de rua seja bem atendida, mas não é o que temos visto. E além de preconceitos, de má vontade, também há falta de conhecimento de alternativas plausíveis e razoáveis para lidar com essa lógica. Então começamos a estudar o Moradia Primeiro e tivemos acesso a uma pessoa muito especial aqui de Florianópolis, que é a dona Ivone Perassa, Coordenadora da Pastoral do Povo da Rua e do Moradia Primeiro. Ela tem uma iniciativa ainda pequena, porque

não tem nenhum tipo de incentivo ou apoio do Município ou de qualquer instituição pública, então ela mantém o programa apenas com a contribuição de particulares interessados. E nós aqui no Ministério Público, estamos querendo ajudar muito fortemente. Então, além de recursos próprios do MP, estamos tentando convencer prefeitos a entrarem no Moradia Primeiro. E é por isso que a gente entra em contato com vocês. Nós gostaríamos de saber como é que isso começou aí em Franca, quais foram as dificuldades iniciais?

A gente sabe que existe uma diferença entre Florianópolis e cidades litorâneas aqui de Santa Catarina com Franca. Principalmente porque aqui boa parte da população não é natural daqui. São pessoas que vem da Bahia, Pará, Venezuela, Haiti. A gente tem esse grande detalhe.

Mas contando com a experiência de vocês, gostaríamos que nos dissessem quais barreiras já enfrentaram, quais dificuldades, como o Moradia Primeiro ajudou a fazer a lei se tornar realidade ou se foi a lei que fez com que o Moradia Primeiro se tornasse realidade.

Iara – Sou Servidora Pública de Franca há quase 20 anos, e o primeiro lugar que trabalhei foi no abrigo para adultos e famílias, que é o abrigo provisório daqui. Quando o abrigo passou para a gestão indireta e teve o chamamento público, eu saí, e em 2021 assumi como responsável pela proteção social especial. Estávamos na pandemia, ainda com alguns lockdowns acontecendo. O contexto de Franca para atendimento da PSR, até então, era focar no acolhimento, investimento somente em abrigo provisório e casa de passagem.

Mas no período de pandemia houve um desmonte da política pública para a população em situação de rua. Tanto que o Centro Pop funcionava numa quadra de esportes, então os atendimentos eram feitos de manhã, e na parte da tarde as equipes arrastavam as mesas para liberar a quadra e o pessoal do esporte poder treinar. Tudo isso era uma estratégia para tirar o Centro Pop do centro da cidade.

Acontece que com a pandemia passamos a ter grandes concentrações de PSR em espaços públicos que a gente não tinha. Acontecia de passarmos num lugar e encontrarmos quinze, vinte barracas no mesmo local. E aí quando nos deparamos com isso entendemos que o abrigo e a casa de passagem não dariam conta, a gente entendeu que era uma das principais demandas. Então abrimos um edital de chamamento público para contratação de abordagem social e outro para acolhimento noturno, que também não tínhamos em Franca. Além disso reorganizamos o Centro Pop.

Nesse processo observamos que o público atendido no Centro Pop não ia até o abrigo provisório, e embora fosse o mesmo público as situações eram diferentes. E aí a secretária daquela gestão e eu, saíamos muito em abordagem para

entender as necessidades desse público, porque, embora estivessem na mesma situação, cada um tinha uma realidade diferente.

Numa dessas saídas encontramos uma usuária que eu conhecia muito. E aí fomos falar com ela, convidando para o acolhimento noturno. E ela, muito alterada, muito agitada, olhou nos nossos olhos e disse que só sairia de lá se fosse pra ir pra uma casa.

Toda vez que conto essa história falo que é muito bom a gente cair do cavalo quando é para levantar um pouquinho maior do que você é. Então a partir da minha experiência (meus conceitos prévios), eu só pensava, como assim, você vai para uma casa? Como assim, você quer uma casa?

E aí ela falou que a dona fulana alugaria um quartinho pra ela. Falou que não estava lá porque não tinha dinheiro, mas se a gente desse o dinheiro ela alugaria de novo. E nós pensamos, como assim? Como você vai arrumar fiador? E aí ela falou “nós temos os nossos esquemas”. Foi a frase que ela falou, “nós temos nossos esquemas”. E ela deu até o preço para a gente, que era de R\$ 400,00. E aí a gente fez mais uma pergunta, mas como que você vai para uma casa? Então ela levantou a coberta, que era a porta da barraca dela, e falou que aquele colchão e aquela mochila eram a casa dela, mas a diferença é que se tivesse uma casa ela fecharia porta e não sofreria mais a violência da rua.

Isso tudo abriu nossos olhos. Voltamos para a Secretaria e lembramos que existia a pauta do Moradia Primeiro, numa defesa do movimento nacional de rua. E fomos olhar para o Housing First. Só que o modelo dos Estados Unidos entregava uma casa montada. No Brasil isso é impossível porque envolveria muitos gastos de dinheiro público. Então pensamos que poderíamos adaptar, poderíamos selecionar algumas pessoas, pagar o valor de aluguel e fazer uma tentativa, um projeto piloto. Só que o próximo passo era convencer o prefeito. Quando a Secretária Gislaine foi falar com ele recebemos uma primeira recusa. Ele disse que isso era loucura, que já estávamos apanhando muito.

Mas durante essa conversa foi falado na necessidade de tirar as pessoas e suas barracas dos lugares onde estavam concentrados. E aí ela insistiu na ideia, dizendo que mandaríamos o valor do aluguel e faríamos o acompanhamento dessas pessoas. O prefeito acabou se convencendo, e foi assim que no formato de piloto, em sem divulgar a ideia, nasceu o Moradia Primeiro de Franca.

De imediato começamos com quarenta pessoas, no ano seguinte aumentamos para cem e hoje estamos com duzentas pessoas.

Eduardo – Então de fato tudo começou em 2021?

Iara – Isso mesmo, no segundo semestre de 2021. Só que não tinha condição ideal, então a gente sabia que precisava do dinheiro para pagar os aluguéis e

sabia que não tinha equipe. Então nós chamamos os servidores e perguntamos se topavam assumir uma demanda a mais e que isso seria um projeto piloto, e todos toparam.

Tudo isso envolve muita articulação. O secretário tem que querer e o prefeito tem que querer.

Uma coisa importante é que os usuários é que encontram as casas, são eles que fazem os contatos com os proprietários, porque uma das coisas importantes para o Moradia Primeiro funcionar é dar a eles a autonomia de procurarem as casas nos territórios em que têm vínculos. Isso facilita o processo, porque muitas vezes os proprietários são pessoas que eles conhecem, que conseguem negociar.

Eduardo – Deixa eu fazer uma pergunta sobre essa sua frase de que a busca é feita no território do vínculo. Aqui em Florianópolis temos muitas pessoas ainda sem vínculos (migrantes), alguma sugestão para isso?

Iara – Eu acredito que mesmo assim eles vão conseguir encontrar as casas, porque eles vão construindo esses vínculos com o tempo. E outra coisa é ouvir deles o que funciona. Aqui em Franca deu muito certo porque a gente foi ouvindo o que eles falavam, por exemplo, diziam para não entregarmos o cheque na mão deles, falavam para deixar que conversassem com os proprietários, para deixar que conseguissem os móveis. E aí quando a gente entrava nas casas, já tinha sofá, geladeira, tudo obtido através desses vínculos.

Eduardo – Então talvez o vínculo deles se forme muito rápido.

Lindsay – A gente tem um caso de pessoa estrangeira hoje no Moradia. E aí, respondendo sua pergunta, ela mesma correu atrás da casa. Ela já estava aqui há um ano e conseguiu se virar.

Éder – E tem o apoio da equipe também, no sentido de ajudá-los a mapear e a encontrar um local adequado. A gente fala que esse acompanhamento da equipe é essencial, porque muitas pessoas às vezes pensam apenas no repasse financeiro, pensam que só o dinheiro vai resolver. Mas a verdade é que sem o acompanhamento e sem essa proximidade técnica tudo se perderia no meio do caminho. Essa proximidade do usuário com a equipe técnica é, sem dúvida, essencial para o êxito.

Óiter – Eu quero complementar dizendo que hoje os pagamentos acontecem através de Pix, porque já não se trabalha mais com cheques. E esse Pix cai direto na conta do proprietário.

Iara – E a gente continua saindo para as ruas. Aliás, quero contar que depois de uns quinze dias do início do projeto foi aquela usuária que encontramos alterada que nos mostrou que tudo estava dando certo.

Nós passamos nos locais de ocupação e vimos essa mulher. E aí eu pensei, “meu Deus, a gente deu o dinheiro e ela está aqui de novo”. E aí fomos conversar com ela e perguntamos onde ela tinha dormido, e ela respondeu que dormiu na casa dela. Eu percebi que ela estava falando baixo, com calma, e isso era um sinal de que estava bem, eu já conhecia o jeito que ela falava. Então perguntamos se ela podia nos levar até a casa. Atravessamos alguns becos e quando ela chegou num portão com cadeado, pegou a chave e abriu, a gente já estava emocionada. E o que nós encontramos? Uma prateleira extremamente organizada, um colchão no chão, um sofá coberto com as cobertas que a gente dava, porque ela não queria que aparecesse nenhum rasgado, vasinho de planta em garrafa... Saímos emocionados porque vimos que o projeto piloto estava dando certo. E fotografamos tudo.

Depois encontramos outro usuário que nos disse que ainda não estava morando na casa alugada porque decidiu pintar o lugar antes. Eu perguntei onde era a casa e ele nos levou até lá. Quando ele abriu a porta a casa cheirava a tinta. E ele mostrou o lugar organizado em que deixava as coisas que antes carregava numa mochila. Fomos pedindo licença e fotografando tudo também.

Mandamos todos esses relatos e fotos para o prefeito que apresentou tudo isso numa reunião de secretarias, e assim que ele apresentou compreendemos que o projeto estava aprovado. Mas claro que continua sendo difícil, hoje mesmo sofremos a pressão de um vereador...

Eduardo – O que eles alegam? Qual é a pressão que os vereadores fazem sobre isso?

Iara – Alegam que a gente faz tudo pra PSR, que gasta muito dinheiro com eles. Mas a gente acredita que isso deve acontecer aí também, pois esse movimento é nacional. Esse sensacionalismo em que muitas vezes os vereadores têm de chegar filmando, expondo as pessoas.

Eduardo – Outra pergunta que tenho é sobre quanto tempo as pessoas ficam dentro do Moradia Primeiro, ficam recebendo esse benefício?

Iara – A gente conseguiu não colocar prazo. Tem um estudioso de moradia no Brasil, chamado Luiz Kohara, que inclusive fez uma consultoria para o Governo Federal sobre as moradias e as experiências do Brasil. E ele falou dessa importância de não ter prazo. Ele fala que na França se acredita que são necessários vinte anos para conseguir romper com um ciclo geracional de vulnerabilidade de risco. Então depois de avaliação técnica, nós conseguimos

deixar sem limite de tempo. Outra coisa que a gente não colocou critério foi em relação às drogas e ao transtorno mental. A única condicionalidade é o recurso, tem que estar pagando realmente o acesso a moradia, não pode estar recebendo e dormindo nas ruas.

Eduardo – E precisa participar de programas, de reuniões, estar disponível para ser convocado?

Iara – Em atendimento e em acompanhamento, o usuário tem que estar, então não necessariamente precisa frequentar um grupo. Mas esses detalhes quem melhor pode explicar é a Lindsay, que é quem coordena o Moradia Primeiro através da parceria com a Pastoral do Povo da Rua.

Lindsay – Estou na coordenação do Moradia Primeiro desde junho de 2022. Quando a gente começou, havia um assistente social, um psicólogo, dois orientadores sociais, eu como coordenadora, um assistente administrativo e o motorista. E aí, conforme as vagas foram aumentando foi necessário ampliar a equipe, porque cada técnico atendia em média cinquenta e cinco pessoas, então não conseguia atender com qualidade. Hoje atendemos com três assistentes sociais, três psicólogos, dois orientadores sociais, eu ainda como coordenadora, um auxiliar administrativo e um motorista.

Eu vejo que o que faz a diferença no projeto é a construção desse vínculo entre o atendimento e o usuário. Isso é tão importante a ponto de os atendidos ligarem para nós. A gente conversa com eles doze horas por dia, atendemos das oito da manhã até oito da noite. E o que eles dizem é que somos a rede de apoio deles. Dizem que sem o nosso apoio não conseguiriam.

Outra coisa importante é que quando cada usuário entra no Programa, a gente vai atrás de conseguir os benefícios. Então conseguimos muitos BPCs, por exemplo. E continuamos lutando por esses benefícios todos os dias.

Em relação ao trabalho dos usuários, nosso último levantamento mostrou que dos duzentos atendidos, cento e vinte estão trabalhando. Os oitenta que não estão trabalhando são mães solo que não conseguem nesse momento ingressar no mercado de trabalho. É um dado muito importante, porque a gente tem cento e onze trabalhadores informais, oito com registro em carteira e um que trabalha como autônomo.

Tudo isso mostra a questão da autonomia, de eles voltarem para o mercado de trabalho, de se ocuparem. E para ele o trabalho, além de ser uma fonte de renda, é uma forma de ajudar a sair da depressão, a se ocupar, se recuperar dos momentos ruins.

Eduardo – No primeiro momento, como vocês conseguiram lidar com o convencimento do prefeito, com essa parte burocrática da prefeitura fazer os pagamentos diretamente aos proprietários?

Lindsay – Inicialmente os pagamentos eram feitos em cheques. Mas a entrega do cheque despendia muito da equipe, porque a gente tinha que ir atrás do atendido, do proprietário, então o Pix facilitou melhorou nosso contato com os proprietários. E quando atendido é inserido no Programa já colocamos para ele essa regra, deixando claro que para participar do projeto, a única condicionalidade é ficar na casa e o proprietário ter Pix vinculado a um CPF.

Além disso, damos prazo de sessenta dias para encontrarem um imóvel. E antes de desligar quando não encontram a casa, nós insistimos novamente, perguntando se não querem tentar mais. Alguns aceitam estender o tempo, outros dizem que não estão em um momento adequado e preferem o desligamento. Já aconteceu de um tempo depois do desligamento ser sorteado de novo, conseguir encontrar um imóvel e seguir arrasando.

Então, a experiência que eu trago é que a gente nunca sabe como vai ser. Tem todo tipo de situação, alguns não conseguem ficar sozinhos em casa, outros pioram o uso de drogas depois que vão para uma casa, outros preferem voltar para o acolhimento.

Por tudo isso, é preciso acompanhamento individualizado. Nós temos o [Plano de Individual de Atendimento](#) (exemplo de PIA no link) e nesse plano conseguimos registrar essas situações e prestar o atendimento necessário.

Eduardo – Eu ainda tenho duas dúvidas. Primeiro, se vocês podem compartilhar conosco um desses planos de atendimento. A outra é saber se as residências precisam ter requisitos mínimos para ser aceitas?

Lindsay – O mínimo é ter água, energia, precisa ser um lugar salubre. A gente faz a visita antes de fechar o contrato. Então, se a gente chega na casa e vê que não tem esses critérios, já falamos que vai ter que procurar outro imóvel.

Eduardo – E casa de ocupação de clandestina?

Lindsay – A gente sempre procura ver com isso proprietário, e se for casa em local invadido a gente não permite. Se ficamos em dúvida, pedimos a escritura para checar se o proprietário é mesmo o dono. Mas essa verificação não é difícil porque a rede de proprietário não é extensa, devemos ter no máximo cinquenta proprietários, e eles gostam de participar do Programa porque sabem que o pagamento é certo, sem atrasos, sem problemas.

Eduardo – Pergunto por que nas cidades litorâneas de Santa Catarina há muitas construções em área de preservação permanente. Vocês têm alguma limitação? Atentam para isso também?

Iara – Moradia em área de preservação ambiental a gente nunca teve. Temos pessoas que colocam barracas e começam a ficar em áreas proibidas e a gente precisa acompanhar e oferecer alguma alternativa para que deixem esses locais. Isso a gente tem sempre.

Voltando a falar sobre o pagamento dos aluguéis através de Pix, gostaria de dizer que isso foi estratégia que a prefeitura organizou através da própria Secretaria de Finanças. Hoje o valor é de R\$ 523,20, que são 6 unidades fiscais do município. Amarramos em unidade fiscal porque aí todo ano é reajustado.

Eduardo – E com esse valor dá pra pagar um aluguel inteiro aí em Franca?

Lindsay – O aluguel de uma quitinete sim, mas a gente sempre conversa com o atendido, deixando claro que esse valor é um auxílio. Então se ele quiser um local mais caro pode procurar, e aí ele vai combinar com o proprietário a forma de pagar a diferença, seja com os benefícios, seja com o trabalho dele. É feito esse combinado, e aí no contrato tudo isso é registrado, deixando claro que o Município vai arcar com R\$ 523,20 e que a diferença será quitada pelo usuário conforme o combinado com o proprietário.

Iara – Outra coisa importante é desde 2022, depois que a Universidade de Columbia entrou em contato conosco para estudar o Moradia Primeiro como um modelo possível no Brasil e nos explicou que se adotássemos o sorteio como forma de ingresso no Programa, deixamos de adotar somente o critério de prioridade. Até então a gente trabalhava com avaliação e número de vagas. Escolhíamos os casos prioritários, nos reuníamos e decidíamos quem seria contemplado. Depois dessa orientação passamos a usar o sorteio e foi muito bom. Hoje fazemos o seguinte, temos sete vagas, por exemplo, e temos uma pessoa com deficiência e uma mulher grávida; então sorteamos cinco vagas e reservamos aquelas duas.

Jandira – Aqui nós temos também o benefício do cartão alimentação, no valor de R\$ 218,00. E temos outro benefício chamado de Renda Mínima, no valor de R\$ 261,60. Alguns dos usuários que estão no Moradia também acessam esses outros benefícios. Além disso alguns recebem o Bolsa Família. Hoje temos cem cartões de alimentação para os duzentos atendidos. E aqueles que não recebem o cartão de alimentação conseguimos incluir na Cesta Verde do Banco de Alimentos de Franca. Nosso custo anual incluindo todos esses programas atinge R\$ 6 milhões.

Eduardo – E vocês sabem me dizer quanto o Moradia Primeiro custa por mês para o Município?

Iara – Sim, o custo é 60% mais barato do que uma vaga de acolhimento institucional.

Óiter – É importante dizer quando começamos nosso planejamento em 2021, invertemos a lógica de financiamento da política de assistência. Porque antes alocávamos um recurso muito expressivo na alta complexidade, que é acolhimento e é excepcional. Enquanto isso as ações para a proteção média e de básica eram muito poucas. Então, por exemplo, no acolhimento de criança e adolescente tínhamos dez casas lares, hoje temos duas e com isso, com todo o foco em atendimento prévio, em evitar a saída da família, cuidando dessa família, reduzimos em 86% o número de crianças e adolescentes acolhidos.

Lindsay – Ainda sobre os benefícios assistenciais, quero complementar que hoje cento e setenta e um usuários recebem Bolsa Família, vinte recebem BPC e cinco recebem aposentadoria. Alguns ainda recebem Bolsa Família e o Família de Origem. Somente trinta usuários não têm nenhum benefício porque ainda estão aguardando a liberação ou porque não querem receber. Muitos nos dizem, “não quero benefício eu vou é trabalhar”.

Eduardo – Precisamos muito dos documentos oficiais de vocês, se for possível fazer essa gentileza, porque eu preciso levar para os prefeitos e mostrar para eles, dizendo que dá certo, que devem copiar Franca. Claro que vai ter um pouco de dificuldade, mas acho que o caminho é esse, não tem volta, a gente vai ter que investir no Moradia Primeiro.

Iara – Sim, tem que pensar mesmo em alguma coisa diferente. A gente está à disposição e vamos passar o material por WhatsApp. Estamos felizes em poder contribuir com vocês!

Eduardo - Muito obrigado! Se precisarem de alguma coisa aqui da gente, de Florianópolis, de outros assuntos, por favor, fiquem à vontade para nos pedir. A gente gostaria de ser o mais hospitaleiro possível quando vocês estiverem por aqui, e se quiserem vir nos conhecer, fazer uma visita no Ministério Público, eu pessoalmente vou levar vocês para conhecer.